

EDUCAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E ALTERNATIVAS NÃO-HEGEMÔNICAS

Ivan Faria*

RESUMO: *O presente artigo pretende discutir o lugar da educação na contemporaneidade a partir do tensionamento entre os conceitos de globalização, movimentos sociais e pós-modernidade. Busca apoio nos trabalhos de Boaventura Santos e Zygmunt Bauman para empreender a discussão das possibilidades de construção de lógicas não-hegemonistas de enfrentamento do atual desenvolvimento das forças de produção capitalistas. O campo da educação poderia ampliar sua função emancipatória, se articulado às virtualidades educativas dos movimentos sociais, que reculturalizam os processos educativos, empreendem lutas por novas formas de socialidade, além de procederem a uma crítica aos modelos de desenvolvimento e de sociedade que a Modernidade.*

Palavras-chave: Globalização; Educação; Novos movimentos sociais

TEMPOS DE INSEGURANÇA: DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE

Zygmunt Bauman (2000: 28), ao se referir ao momento em que vivemos, fala de uma sensação de falta de controle, mais até do que de entendimento é vivenciada como insegurança e metaforizada, como a de uma tripulação que de repente descobrisse que a cabine do avião está vazia e a voz do piloto é apenas uma gravação. Estaríamos vivendo uma crise da “arte da política”, decorrente do desmonte tanto dos mecanismos de libertação do indivíduo, quanto dos de autolimitação individual e coletiva. A sensação de insegurança seria vivenciada de forma intensa e muitas vezes solitária. As situações e papéis sociais vivenciados são cada vez mais múltiplos, o que, às vezes, dificulta agrupá-los e traduzi-los em questões públicas.

Num momento de transição paradigmática entre modernidade e pós-modernidade, assiste-se a uma desestruturação de instituições e de lutas sociais que trabalhavam para a minimização da insegurança, como o Estado-providência, as regulamentações trabalhistas e de mercado, a luta pela educação pública e universal, etc. O liberalismo que, em tempos passados, já foi sustentado como alternativa de desenvolvimento e modernização, hoje, sob alcunha de “neoliberalismo”, tenta impor-se como única alternativa que, dito de outra forma, significa falta de alternativa.

REVISITANDO A MODERNIDADE

Na concepção de Boaventura Santos (2003:236), o projeto da modernidade se sustenta em dois grandes pilares: o da “regulação”, constituído pelos princípios do Estado, do mercado e da comunidade que se articulariam entre si de forma harmônica para a gestão social e o da “emancipação”, que articularia as diferentes dimensões de racionalização da vida coletiva: as racionalidades moral-prática do direito moderno, a estético-expressiva das artes e a cognitivo-experimental da ciência e técnica moderna.

* Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFBA; Bolsista FAPESB; e-mail: if100@ig.com.br.

O fracasso das promessas da modernidade de promover um equilíbrio entre regulação e emancipação, atualmente, expõe-se de forma visível, em grande parte, pela saliência da racionalidade cognitivo-experimental, formatada, sobretudo, como tecnologia, associada à hipertrofia do princípio do mercado. O não-cumprimento desse projeto, a pouca concretude de um outro, leva muitas vezes à crença de que desigualdade social e uma sustentável com a natureza não teriam soluções possíveis.

Dentre as principais heranças da Modernidade, estariam o pensamento monológico ou, no máximo, dialético, uma concepção de tempo que tende à linearidade, à relação de dominação sobre a natureza, à naturalização da política, que torna Estado e sujeito, realidades gerais e abstratas, fundando uma cidadania estatizante e consumista e, especialmente, a hipertrofia da racionalidade técnico-científica.

Alguns autores, como os já citados Boaventura e Bauman, sustentam a importância de, nesse momento de transição, elaborar ou criar condições para o surgimento de uma nova teoria crítica, que não seja unificadora, totalizante, e sim uma teoria da tradução “que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores coletivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam” (SANTOS: 2000:27).

CAPITALISMO, SOCIALISMO E A LUTA POR HEGEMONIA

No início do século XX, a ascensão do socialismo produziu uma narrativa de enfrentamento ao capitalismo, polarizando por quase um século a disputa pela hegemonia mundial no plano político-ideológico e econômico. O socialismo “real” trouxe a idéia de revolução através de um grande coletivo, mas que também se apresentava único, homogenizante, representado pela classe operária organizada. Além dos ataques às liberdades individuais e coletivas, produziu verdadeiros desastres ecológicos, onde se instalou.

Boaventura acredita que esse “fracasso” não foi apenas fruto de uma má interpretação do pensamento marxista, mas também da própria lógica reducionista, que demonstrava pouca disponibilidade para dialogar com a alteridade, também exacerbando a regulação. Com isso, o autor não pretende invalidar o pensamento marxista, mas, sim, reafirmar o caráter multidimensional dos fenômenos sociais, que são simultaneamente econômicos, políticos e culturais no contexto atual.

Isso não significa negar a importância do marxismo, que permanece fundamental para compreender as mudanças empreendidas pelo capitalismo nos últimos séculos. A sua articulação, entre uma análise cuidadosa da sociedade capitalista com um desejo de transformação profunda da mesma, permanece atual.

O capitalismo, hoje, embora tenha se transformado e tornado mais complexas as questões de classe e de exploração do trabalho, mais do que nunca, exacerba uma de suas muitas contradições como a de destruição de suas próprias condições de produção, como acontece com a natureza, num contexto de crise de produtividade e extrema concorrência. O seu poder de transformar em mercadoria, o que a princípio não seria – a natureza, pessoas, conhecimento – faz migrar a lógica mercantil para outros domínios e instituições do campo da reprodução social (a escola, a vida familiar, etc).

O fim da polarização entre os dois grandes sistemas econômicos hegemônicos, há menos de 20 anos, deu ao capitalismo um *status* de caminho único. A ascensão de governos centro-direita na Europa, a crise do Estado-providência em diferentes países, o alinhamento dos países em desenvolvimento a uma lógica denominada neoliberal, a hipertrofia da importância de organismos internacionais de regulação econômica (BIRD – Banco Mundial, Bird – Banco Interamericano de desenvolvimento) revelam a face mais perversa do processo que chamamos

genericamente de globalização. Esta produz não apenas o esteio necessário à disseminação da lógica hegemônica de empresas e instituições internacionais, como também permite criação de formas de resistência diversas.

GLOBALIZAÇÃO E DESAFIOS PARA A GESTÃO SOCIAL

A globalização configura-se no campo social da produção, através da descentralização, da fragmentação geográfica e social do processo do trabalho; transferência das fases mais intensivas para os países periféricos; e a redução do tempo vital ao tempo de trabalho, produzindo uma indiferenciação entre produção e reprodução e a disseminação da lógica do processo de trabalho para outras esferas. Por outro lado, no que diz respeito às classes trabalhadoras, há também reflexos no status político das classes trabalhadoras, mais enfraquecidas, segmentadas, mais sujeitas às oscilações do ritmo da produção social (“há trabalho quando há encomenda”) e afetadas pelas mudanças no processo de trabalho, em termos de qualificação, controle e produtividade. A sociedade atual, algumas vezes denominada pós-classista, organiza-se através de mecanismos de dominação múltiplos e complexos. A distribuição desigual de poder e recursos faz com que os “não-possuidores” vivam sempre em prontidão, na luta pela sobrevivência. Para muitos, a luta por cidadania se reduziria à busca por um emprego.

GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Como a educação se situa num contexto de tantas mudanças e insegurança? O lugar a que foi alçada durante a modernidade permanece assegurado? E a sua principal forma de organização, a escola, como vem adequando-se a estas transformações?

Num contexto macro, a ascensão de organizações internacionais de regulação econômica (FMI, BIRD) também influencia e projeta um modelo de educação global. Helena Altmann (2002) faz uma análise conjuntural dos efeitos da política do BIRD para a educação, que estaria sendo tratada apenas como medida compensatória para proteger os pobres e aliviar possíveis tensões no setor social.

O pacote de reformas educacionais sugeridas pelo BIRD para os governos dos países periféricos, tem como elementos centrais, por exemplo, a prioridade na educação básica; a descentralização, deixando ao governo o papel de fixar padrões, fiscalizar insumos e monitorar desempenho escolar, a formação do professor já em atividade, a melhoria da qualidade do ensino (eficácia), impulso ao setor privado e ONGs; priorizar a formação do professor já em exercício, convocação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares, dentre outros.

A definição das políticas seriam baseadas em análises econômicas, com indicadores de custo-benefício, ou seja, uma política de financiamento da educação em termos de cooperação técnica, mas com os critérios semelhantes aos de financiamento e gestão de outras áreas, como a econômica. A universidade deixa de ser prioridade, e o sentido emancipador da educação está ausente destas proposições. É uma perspectiva de educação que projeta uma escola que “dê o mínimo necessário”.

Uma vez que o mercado atual não precisa da escolarização de massa, o movimento pela educação básica não pode ser feito pelo mercado ou instituições subordinadas a este. A luta pela educação, hoje, é pauta de diferentes movimentos sociais e de organizações de classe – mesmo enfraquecidas – e, também, de pais que lutam para não ter um filho na rua, sendo cuidado e sem estar exposto à violência. Nas classes populares, os pais dos alunos demandam educação não só

pela questão do mercado, mas por uma questão de dignidade. Aqui a escola ainda tem um valor superlativo.

Os chamados novos movimentos sociais (NMS)¹, mesmo quando não diretamente ligados à educação formal, têm em vista um sentido mais abrangente de processo educativo ao travar lutas em diferentes frentes por novas formas de socialidade.

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS: RESISTÊNCIA E ALTERNATIVAS

Os NMS promovem críticas tanto à regulação capitalista quanto à emancipação socialista. Trabalham em diversas vertentes na busca de alternativas não-hegemônicas ao processo de globalização, numa perspectiva de ampliação das lutas em diferentes escalas e gêneros (modelos alternativos de produção e organização do trabalho, movimentos feminista e de diversidades raciais e étnicas, educação não-formal, movimentos culturais). Criticam o conceito de desenvolvimento, marcadamente economicista que permeou a história dos dois últimos séculos, propondo não apenas mudanças econômicas, mas sim transformações formas de socialidade.

Uma discussão bastante ousada nesse sentido pode ser encontrada na dicotomia sobre as diferenças entre desenvolvimento alternativo e alternativas de desenvolvimento (SANTOS, 2002: 23-74). No primeiro, estariam propostas alternativas às formas mais críticas de exploração capitalistas, através do associativismo, cooperativismo, socialismo de mercado, embora todos eles estejam, de certa forma, ainda atrelados à idéia de crescimento econômico e ao paradigma industrialista da modernidade. Já na segunda, o próprio conceito de desenvolvimento está no centro da discussão, onde aparece subordinando a questão econômica à sustentabilidade do planeta, à luta por igualdade de oportunidades de acesso à terra, à educação, à não-marginalização por razões de gênero, raça, etnia, etc, enfim, um processo de mudança de formas de socialidade. Na visão do autor, essa seria uma busca pela formulação de um “paradigma ecossocialista cosmopolita, em que os *topoi* privilegiados sejam a democracia, a ecologia socialista, o antiprodutivismo e a diversidade cultural” (SANTOS, 2002: 57)

Os NMS pretendem não apenas a mera concessão de direitos, mas também a transformação dos processos de socialização e de modelos de desenvolvimento. Eles vêm cumprindo um papel importante, ao ampliar a noção de política para além do marco liberal, que separou a sociedade civil do Estado. É uma luta para preencher este vazio com a politização do social, do cultural, do pessoal.

A construção de alternativas não-hegemônicas é potencializada pela construção de redes de cooperação entre experiências e lutas que muitas vezes se dão num âmbito local, mas que, nem por isso, são menos importantes no enfrentamento de formas de exploração e opressão tradicionais (patriarcalismo, a mais-valia, etc) ou renovadas (novos movimentos étnicos segregacionistas). Através dessas redes, globalizar-se-iam, também, as resistências, fundadas numa “teoria da tradução”, buscando, nas margens do modelo hegemônico, outras racionalidades e lógicas de desenvolvimento.

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO: RELAÇÃO POSSÍVEL

“Acreditamos que é na interação entre movimentos educacionais e movimentos sociais, no sentido abrangente (...) que se pode desenvolver um processo dialógico de integração

¹ Novos movimentos sociais é um termo freqüentemente usado para indicar as formas múltiplas de organizações da sociedade civil, que vão além das organizações classistas.

intercultural e democrática, de longo prazo”. Com esta afirmação, Scherer-Warren (1998: 27) abre a perspectiva de uma interlocução entre educação e movimentos sociais. Estes introduzem e/ou atualizam questões fundamentais da vida em sociedade, como a emancipação social pautada na negociação de diferença e igualdade de acesso a direitos fundamentais como trabalho, moradia, infância, identidade, gênero, etc.

Os processos educativos, quando analisados, por exemplo, nos anos 70 e 80, pelas mais radicais concepções críticas, muitas vezes desconsideravam o caráter multidimensional dos processos sociais. As teorias críticas em educação, de certa forma, reduziam-se muito às denúncias das relações de dominação nos campos da produção e reprodução sociais e, apesar de sua perspectiva “libertadora”, subjazia uma pretensão hegemônica, de substituição de uma concepção de mundo alienada, por outra consciente e crítica, mas no singular.

A educação escolar teria muito com que ampliar sua função emancipatória, se alimentada pelas virtualidades educativas dos movimentos sociais, que trazem, também, a cultura como elemento central nos processos de educação e, sobretudo, a ética como fundante da vida social, ao explicitar diferenças e impor a negociação pública destas.

Os movimentos sociais, em certo sentido radicalizam o sentido ético da existência. Eles introduzem o risco na vida cotidiana. Não o risco intuído e imobilizador vivenciado na permanente sensação de insegurança promovida pelas transformações sociais da globalização hegemônica, já relatada anteriormente, mas, sim, o de um enfrentamento de diferenças, injustiças e opressões. Os NMS

“recolocam a ética nas dimensões mais radicais da convivência humana, no destino da riqueza, socialmente produzida, na função social da terra, na denúncia da imoralidade das condições inumanas, na miséria, na exploração, nos assassinatos impunes, no desrespeito à vida, às mulheres, aos negros, na exploração até da infância, no desenraizamento, na pobreza e injustiça... Aí nessas radicalidades da experiência humana os movimentos sociais repõem a ética e a moralidade tão ausentes no pensamento político e social. E pedagógico também.” (ARROYO, 2003:42)

CONCLUSÃO

E a escola?

A educação, como uma das instituições fundamentais da estruturação de uma sociedade, também vive a permanente tensão entre os domínios da regulação e da emancipação e produz suas respostas em meio às tensões sociais que se dão numa esfera mais ampla. A escola debate-se entre a sua estrutura construída e mantida por séculos e as demandas neoliberais. Enfrenta a migração da lógica de mercado para educação, o controle, a precarização e a lógica de competitividade.

Na Modernidade, a escolarização se justificava como condição essencial para a cidadania. A educação escolarizada, especificamente, teve sua “solidificação” no século XIX. Hoje, ela tenta oferecer a racionalidade perdida após as desconstruções enfrentadas.

Apesar de combatida e criticada, a escola ainda tem um status de instituição central na organização social. Em alguns lugares é um dos poucos vestígios de presença do poder público. Ela dá provas de que está longe de desaparecer, reafirmada, seja negativamente pelos que a denunciam a partir da falência do sistema público de educação e pela sua mercantilização, atrelada a políticas neoliberais e ao servilismo à globalização hegemônica, seja positivamente

por pais, alunos, professores, intelectuais e gestores que apostam no seu caráter transformador e emancipador.

O projeto da modernidade tinha em seu seio a idéia da educação pública e escolarizada. A escola estaria no centro desse projeto como instituição capaz de amplificar e disseminar essa mentalidade desde a mais tenra idade. Esse ideal

“(...) corporifica as idéias de progresso constante através da razão e da ciência, de crença nas potencialidades do desenvolvimento do sujeito autônomo e livre, de universalismo, de emancipação e de libertação política e social, de autonomia e liberdade, de ampliação do espaço público através da cidadania, de nivelamento de privilégios hereditários, de mobilidade social”. (SILVA, 1996: 251)

A presença da escola se mantém forte no imaginário social, ao mesmo tempo em que se materializa na organização da vida cotidiana, em diversos campos como o calendário da cidade, do país, o trânsito, o entretenimento, o turismo, etc. Ao mesmo tempo em que modela algumas estruturas sociais, a escola se diferencia e se amolda em meio a diferentes críticas, novos discursos teóricos e forças dos movimentos sociais. “Ela própria já começa a se reconhecer como território da diversidade, contorcionista da incerteza, prisioneira dos poderes que a dobram. Mas uma educação que fala a língua do seu *tempoespaço* poderia continuar fazendo a diferença no processo de socialização e educação dos humanos” (COSTA, 2003: 22).

Ainda é comum encontrar nos discursos oficiais uma aposta na educação como panacéia para todos os problemas sociais. Serviu e serve de mote para a produção de discursos sobre transformação social. Políticos desqualificam gestões anteriores e apresentam uma “nova era” com projetos macro de transformação (vide o “Educar para Vencer da Secretaria de Educação do Estado da Bahia). Como “possibilidade”, a escola permanece viva.

Nos últimos anos, a expansão do acesso à escolarização básica, não obstante a precarização de alguns indicadores de qualidade (número de alunos por sala, baixo desempenho em disciplinas básicas, etc.) faz com que a escola continue ocupando e até ampliando seu espaço no corpo social.

A aglutinação de um complexo de papéis e demandas sociais - mesmo que quase compulsoriamente, como é o caso da educação básica - dá à escola uma força significativa. Dos pais, de diferentes classes sociais, espera-se da escola desde a proteção para os filhos, até a possibilidade concreta de ter emprego ou ascender em termos de posição e de prestígio social. As escolas rurais, por exemplo, apesar de se manterem em condições de precariedade, possuem um elevado significado social para suas comunidades. O homem do campo luta pela educação de seus filhos para permitir-lhes fugir ou minimizar a situação de exclusão política e econômica em que vivem.

O fato de ter grande valor simbólico, ainda, não significa que ainda tenha que ser vista como a redentora de todos os problemas sociais. Esta pretensão estaria na raiz do sentido da escola moderna: civilizar, tornar-nos adultos, capazes de viver e se tolerar coletivamente. Uma tendência crítica de abandonar a idéia da escola como a salvação, pode ser identificada em alguns autores como Nilda Alves e Alfredo Veiga-Neto (COSTA, 2003).

A idéia de crise em educação vem do descompasso entre o que é idealizado e o que percebemos. E a modernidade em muito contribuiu para isso, ao apresentar um ideal de homem universal, liberto. Dos diversos princípios que o ideal moderno pôs em pauta, o mercado se sobressai na junção com a ciência, traduzida em tecnologia. O controle social pelo mercado num contexto globalizado e de competitividade – neoliberalismo, consegue disseminar sua lógica

também na educação e não é fácil o enfrentamento de uma retórica, baseada em termos de difícil contestação, como eficiência, escolha e qualidade.

O discurso de que o que vai melhorar as questões sociais é crescimento econômico e o emprego não se sustentam, já que “a riqueza não se espalha; ela não chega aos excluídos da modernidade. Primeiro, porque o crescimento se dá, hoje, sem a necessidade de muitos empregos; em muitos casos com menos emprego, graças à modernização das empresas. Segundo, porque mesmo o emprego criado exige uma qualificação que os pobres não têm” (BUARQUE, 2004).

E a sensação de crise advém do fato de a escola estar descompassada em relação ao seu tempo. Isso é sensível nas escolas, nos corpos dos alunos.

Para o confronto com esta lógica poderosa, Boaventura Santos fala de uma “hermenêutica de suspeita” contra todas as formas hegemônicas ou oficiais por coadunarem com as formas de opressão consolidadas.

É no cruzamento entre o declínio da modernidade, o “fim do sujeito” e a luta por alternativas não hegemônicas para a construção de novos modos de socialidade que movimentos sociais e educação podem fazer uma aliança decisiva. À educação cabe a construção e o aprendizado com a epistemologia política, que marca os movimentos sociais e encontrar uma(s) racionalidade(s) perdida(s) após as desconstruções enfrentadas.

O fim de fundamentos últimos amplia a dimensão política de um jogo de negociação permanente e o desafio de lutar contra a imposição de uma outra hegemonia que coloque o político como espaço permanente de negociação de valores, diferenças e interesses e que possa fundar a idéia de um humanismo que prescindia “do” homem, no sentido unitário, singular.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**. S.P., v.28, n.1, p.77-89, jan/jun. 2002.

ARROYO, M. G Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: 2000.

BUARQUE, C. **Choque de Idéias**. Site do Sen Cristovam Buarque PT/DF, 17/09/2004. Disponível em: <crisovambuarque.com.br>. Acesso em: 11 novembro 2004

COSTA, M.V. (org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro, DP&A: 2003

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 2003

_____. **Produzir para viver**. R.J. Civilização Brasileira: 2002

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos em cena ... E as teorias por onde andam?** Trabalho apresentado no GT 03 - Movimentos Sociais e Educação, no XXI Encontro Anual da ANPED, Caxambu, 1998.